



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS**

Parecer Nº 3

Projeto de Lei nº 03/2021 - "Autoriza abertura de crédito especial suplementar e dá outras providências"


Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e constitucional, em estrita observância ao que preceitua a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Em atenção ao art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, o qual estabelece que a criação e expansão que acarrete aumento de despesas deverá ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, a abertura do crédito especial corresponde ao montante de R\$10.200,00 (dez mil e duzentos), ou seja, dentro das despesas tidas como de caráter irrelevante e, por conseguinte, dispensável a apresentação do estudo de impacto Orçamentário e Financeiro, tal qual é orientado no Parecer da Assessoria Técnica, Consultiva e Jurídica, bem como no Art. 4º do presente projeto de lei.

Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado.


Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 23 de fevereiro de 2021.


José Resende Moura
Presidente da Comissão


Rivaél Nunes Machado
Relator


João Gonçalves de Resende
Membro

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



Presidente
23 / FEVEREIRO / 2021



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

Projeto Nº 3

Projeto de Lei nº 0318031 - "Autoriza abertura de crédito especial suplementar e de outras providências"

Examinada a matéria pela Comissão, verificando-se que a mesma é constitucional, em virtude de se tratar de matéria de competência da Câmara Municipal (LCA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Financeiro (LPA).

Em razão de se tratar de matéria de competência da Câmara Municipal, a Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, verificando que a mesma é constitucional, em virtude de se tratar de matéria de competência da Câmara Municipal (LCA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Financeiro (LPA), aprovou o presente projeto de lei.

Assim se deu no âmbito da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas.

Câmara Municipal de São Paulo, em 28 de fevereiro de 2021.

José Resende Moura
Presidente da Comissão

João Gonçalves de Resende
Membro

Rafael Nogueira Machado
Relator

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Presidente